



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTEL

POR UM SERVIÇO POSTAL PÚBLICO DE QUALIDADE

Com uma história de quase 500 anos, os Correios (CTT) são uma referência histórica de soberania e de integração e constituem um serviço fundamental para as populações.

O Serviço Público de concessão postal, até à sua privatização, era um dos mais reputados da Europa, visto como um exemplo de boas práticas.

Os CTT eram uma empresa rentável, que distribuía dividendos pelo Estado e que contribuía para o desenvolvimento do País e para a coesão territorial.

No final do ano 2013, o governo de direita PSD/CDS iniciou a privatização dos CTT alienando cerca de 70% do seu capital. No ano seguinte, em 2014, o mesmo governo, privatizou os restantes 30%.

O Estado deixou, por isso, de ser proprietário da empresa e de gerir os seus destinos.

A Assembleia Municipal de Portel reunida em sessão ordinária de 22 de Novembro de 2018, deliberou o seguinte:

Renovar a deliberação anteriormente tomada por esta Assembleia Municipal sobre este assunto.

Censurar a forma como a administração dos CTT procederam à mudança dos seus serviços na Vila de Portel, com uma evidente falta de diálogo e falta de informação à população.

Considerando a importância de ser mantido um serviço público fundamental para a população do concelho de Portel, a Assembleia recomenda à Câmara Municipal de Portel a maior atenção para com os serviços prestados, reforçando o acompanhamento dos mesmos.

Considerando a importância dos serviços que até agora os CTT prestavam no concelho de Portel, a Assembleia Municipal de Portel exige à administração dos CTT que mantenha em funcionamento todos esses mesmos serviços, nos moldes e os horários até aqui praticados.

Solicitar à Entidade Reguladora Nacional o rigoroso acompanhamento dos serviços a que os CTT estão obrigados no contrato de privatização.

Solicitar à Câmara Municipal a maior atenção para com os serviços prestados, assumindo a defesa dos interesses dos munícipes e exigindo o rigoroso cumprimento dos referidos serviços.

Dar conhecimento desta posição ao Presidente da República, ao Primeiro Ministro, à Administração dos CTT, ao Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, à ANACOM e às diversas bancadas parlamentares na Assembleia da República.

** Moção apresentada pelos eleitos do PS e aprovada por unanimidade.*